

■ NACIONAL

A 110.989

Superávit primário foi de 3,13% do PIB em 1999

Saldo das contas públicas fechou em R\$ 31,1 bilhões, ou R\$ 913 milhões acima da meta acertada com o Fundo Monetário Internacional

Ênio Vieira
de Brasília

O governo federal cumpriu com folga de R\$ 913 milhões a meta acertada com o Fundo Monetário Internacional (FMI) em 1999 para o superávit primário. O setor público como um todo fechou o ano com um saldo positivo nas contas primárias (sem contar o pagamento de juros) de R\$ 31,1 bilhões, ou 3,13% do Produto Interno Bruto (PIB). O esforço foi necessário para compensar as despesas financeiras — o gargalo das contas públicas — e mostrar um ambiente seguro para os investidores externos.

Quando se leva em conta os dispêndios financeiros, é possível ver o impacto nas contas públicas das taxas de juros usadas para segurar a inflação e, principalmente, da desvalorização do real. O setor público terminou o ano passado com déficit nominal de R\$ 96,151 bilhões, o que representa 10,01% do PIB (de R\$ 1,094 trilhão). Esse número nominal é a soma entre o gasto com juros nominais e o resultado primário e mostra com clareza o peso das despesas financeiras do setor público.

Apesar dos números elevados no conceito nominal, o que conta para medir o desempenho fiscal é o resultado primário. Esse é o principal indicador do programa de ajuste iniciado em outubro de 1998 e possi-

bilitou a liberação do pacote de US\$ 41,5 bilhões do FMI para socorrer o Brasil durante a crise financeira. Dos R\$ 31,1 bilhões no conceito primário, o governo central (INSS, empresas estatais e governo federal) foi responsável por R\$ 29,1 bilhões e os governos regionais (Estados e municípios), por R\$ 2 bilhões.

Todas as áreas mostraram superávit primário no ano, com exceção dos déficits no INSS (R\$ 9,318 bilhões, previdência pública do setor privado) e empresas estatais dos municípios (R\$ 199 milhões). O governo se comprometeu a alcançar até 2001 resultados crescentes no conceito primário, quando termina o programa de ajuste fiscal. Em 2000, a equipe econômica acertou com o FMI que fará um saldo positivo, pelo conceito primário, de 3,25% do PIB, ou cerca de R\$ 36 bilhões. Com isso, a Receita Federal terá de se desdobrar e repetir as arrecadações recordes do ano passado.

Os gastos com juros somaram desembolsos de R\$ 127,249 bilhões (13,14 % do PIB) em 1999, contra R\$ 72,596 bilhões em 1998 (8,07%). O chefe do Departamento Econômico (Depec) do Banco Central, Altamir Lopes, acredita que o resultado nominal, que permaneceu ano passado acima dos 10%, deverá cair para cerca de 5%. “Em janeiro de 1999 o gasto nominal foi de R\$

52 bilhões, em grande parte devido à desvalorização do câmbio. Mas, a partir de fevereiro o resultado dos últimos 12 anos melhorará sensivelmente”, disse, lembrando que não há meta nominal fixada com o Fundo Monetário Internacional.

O pico do déficit nominal foi em agosto de 1999, quando alcançou

11,57% do PIB. Altamir Lopes acredita em um gasto com juros por volta de R\$ 90 bilhões, semelhante ao desembolso do ano passado, descontando os efeitos da desvalorização na dívida em dólar. Sem o sistema de bandas cambiais, que terminou em janeiro de 1999, o Banco Central passou a utilizar somente as taxas de

juros para o controle da inflação. Elas ficaram na média de 25% anuais em 1999 (taxa Selic), estão atualmente em 19% e têm projeção de chegar a 16,5% este ano.

No último ano, as despesas com juros refletiram um aumento acentuado da dívida líquida total do setor público (União, estados, municípios

e estaduais). O endividamento saltou de R\$ 385,870 bilhões (42,38% do PIB) em dezembro de 1998 para R\$ 516,572 bilhões no fechamento de 1999 (46,95% do PIB). O número era de R\$ 308,426 bilhões no final de 1997 (34,58% do PIB). A meta para dezembro de 2001, quando se encerra a primeira etapa do programa de ajuste fiscal, é chegar a uma relação de 46,5% do PIB.

“Poucos acreditavam numa redução dessa relação entre a dívida e o Produto Interno Bruto. Falavam em uma trajetória explosiva. Mas ela vinha caindo no último trimestre de 1999”, ressaltou Altamir Lopes. A dívida em títulos públicos federais em poder do mercado cresceu mais de R\$ 100 bilhões no último ano, passando de R\$ 323,478 bilhões em dezembro de 1998 para R\$ 414,901 bilhões no final de 1999. Houve um salto de R\$ 17,103 bilhões no estoque da dívida mobiliária de dezembro para janeiro último, que fechou em R\$ 432,004 bilhões.

Déficit das prefeituras é de R\$ 970 mi

Estados e municípios soltaram as rédeas das contas públicas em dezembro do ano passado. Os governos regionais tiveram um saldo negativo de R\$ 1,471 bilhão no conceito primário, que exclui os gastos com o pagamento de juros. A maior contribuição foi o déficit das prefeituras (R\$ 970 milhões), e numa escala um pouco menor dos governos estaduais (R\$ 634 milhões).

O chefe do Departamento Econômico do Banco Central (BC), Altamir Lopes, informou que os números de dezembro não indicam uma tendência e devem melhorar em janeiro. Mas o ano de 2000 terá eleições municipais, o que significa

Necessidades de financiamento do setor público

Com desvalorização cambial, em R\$ milhões

Discriminação	Correntes			Valorizados ^{1/}		
	1998*	1999*		1998*	1999*	
	Jan-Dez	Ano	Jan-Dez	Jan-Dez	Ano	Jan-Dez
Nominal	72.490	72.490	96.151	72.932	72.932	109.571
Governo central	51.385	51.385	62.439	51.690	51.690	73.253
Governo federal e Banco Central do Brasil ^{2/}	49.361	49.361	66.209	49.666	49.666	77.182
Empresas estatais federais	2.024	2.024	-3.771	2.024	2.024	-3.929
Governos regionais	21.105	21.105	33.713	21.242	21.242	36.317
Governos estaduais	16.402	16.402	26.092	16.510	16.510	28.175
Governos municipais	2.014	2.014	4.490	2.027	2.027	4.764
Empresas estatais estaduais	2.208	2.208	2.743	2.222	2.222	2.948
Empresas estatais municipais	480	480	387	483	483	430
Juros nominais	72.596	72.596	127.249	73.051	73.051	143.827
Governo central	54.143	54.143	91.521	54.481	54.481	105.134
Governo federal e Banco Central do Brasil ^{2/}	54.402	54.402	88.885	54.743	54.743	102.240
Empresas estatais federais	-259	-259	2.635	-261	-261	2.894
Governos regionais	18.453	18.453	35.729	18.570	18.570	38.693
Governos estaduais	12.676	12.676	27.673	12.758	12.758	29.890
Governos municipais	4.009	4.009	5.021	4.034	4.034	5.472
Empresas estatais estaduais	1.617	1.617	2.847	1.627	1.627	3.126
Empresas estatais municipais	150	150	188	151	151	206
Primário	-106	-106	-31.098	-120	-120	-34.256
Governo central	-2.758	-2.758	-29.082	-2.791	-2.791	-31.881
Governo federal e Banco Central do Brasil	-12.197	-12.197	-31.995	-12.273	-12.273	-35.068
INSS	7.155	7.155	9.318	7.196	7.196	10.011
Empresas estatais federais	2.283	2.283	-6.406	2.285	2.285	-6.823
Governos regionais	2.652	2.652	-2.016	2.672	2.672	-2.376
Governos estaduais	3.726	3.726	-1.581	3.752	3.752	-1.715
Governos municipais	-1.995	-1.995	-531	-2.008	-2.008	-708
Empresas estatais estaduais	591	591	-103	595	596	-177
Empresas estatais municipais	330	330	199	332	332	224
FMI - Trajetória básica						
Resultado primário	-	-	-30.185	-	-	-
PIB acumulado no ano	899.814	899.814	1.010.068	905.407	905.407	1.094.663

Fonte: Banco Central 1/ Fluxos valorizados para o último mês do período com base no IGP-DI 2/ Inclui o INSS * Dados preliminares + Déficit - Superávit



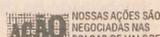
OXITENO S.A. Indústria e Comércio

CNPJ Nº 62.545.686/0001-53 - NIRE Nº 35.300025211



COMPANHIA ABERTA

AVISO AOS ACIONISTAS
PAGAMENTO DE DIVIDENDOS



Conforme deliberado na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 21/2/2000, terá início, em 29/2/2000, o pagamento do Dividendo nº 68, à razão de R\$ 0,160 para cada ação ordinária e R\$ 0,176 para cada ação preferencial em circulação, exceto as ações mantidas em Tesouraria. Os dividendos serão pagos à conta do lucro líquido ajustado do exercício findo em 31 de dezembro de 1999. Os dividendos não serão atualizados monetariamente e não sofrerão retenção do Imposto de Renda na Fonte, conforme a legislação vigente. Os acionistas que tem suas ações custodiadas em Bolsa receberão os dividendos através da Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA. Os acionistas correntistas do BRADESCO ou de OUTROS BANCOS, que comunicaram essa condição, terão seus dividendos creditados automaticamente no primeiro dia do pagamento. Os demais, que estiverem com endereço devidamente cadastrado, receberão, via correio, o formulário ORDEM DE PAGAMENTO DE DIVIDENDOS DE AÇÕES ESCRITURAS, devendo, para o recebimento, apresentarem-se na Agência BRADESCO de sua preferência, munidos, além do formulário, de documento de identidade e Cartão de Identificação do Contribuinte - CIC. Caso o acionista não receba o AVISO DE CRÉDITO ou ORDEM DE PAGAMENTO, deverá entrar em contato com uma das agências do BRADESCO. São Paulo, 21 de fevereiro de 2000. PEDRO WONGTSCHOWSKI Diretor de Relações com Investidores

neiro. Mas o ano de 2000 terá eleições municipais, o que significa mais pressões por aumento de gastos regionais.

“Todas as esferas de governo gastaram muito em dezembro. Houve uma elevação de fato. Mas o déficit primário vai recuar nos governos regionais”, disse Lopes.

Segundo o representante do BC, além do 13º salário, a explicação para o resultado ruim nas contas primárias está no aumento das despesas por conta das liberações do Orçamento da União — houve sobras de R\$ 1,8 bilhão — e devido ao uso das receitas com a privatização nos Estados, a exemplo das empresas elétricas e de gás em São Paulo.

“Esses recursos não entram como receita corrente, mas contam como despesa, piorando o déficit primário”, acrescentou Lopes.

O desempenho dos governos regionais afetou fortemente as contas públicas de dezembro como um todo. O déficit primário foi de R\$ 1,787 bilhão no mês, mas com um superávit de R\$ 141 milhões do governo federal e Banco Central.

Apesar dos gastos ao final do ano, o resultado primário ficou positivo em R\$ 29,082 bilhões em 1999 no governo central (governo federal, INSS e estatais como Petrobras e Eletrobrás) — no setor público inteiro, foram R\$ 31,1 bilhões.

A meta de superávit primário é de 3,25% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2000 (cerca de R\$ 36 bilhões). Para alcançar esse patamar, o Ministério do Planejamento espera um resultado equilibrado dos governos regionais, sem déficits ou superávits expressivos.

O peso do ajuste fiscal recairá sobre a União (2,65% do PIB) e empresas estatais (0,52%). Só a Petrobras terá uma meta de 0,34% do PIB, que vai contribuir para o superávit primário. Já estados e municípios serão responsáveis por 0,08%.

(E.V.)